



Em Dezembro de 2014, o IESE concluiu o Estudo **“Adultos de baixa escolaridade – desafios para a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) em Portugal”** com um seminário dedicado a este tema. Nesta newsletter destacam-se as principais conclusões do estudo e as intervenções realizadas no seminário pelos oradores convidados.

CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS AO ESTUDO

RECURSOS a

DISSEMINAÇÃO DO ESTUDO b

ACONTECEU c

Adultos de baixa escolaridade

desafios para a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) em Portugal

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO ESTUDO

Tornar a aprendizagem ao longo da vida uma realidade para todos é, ainda hoje, um enorme desafio. As oportunidades de aprendizagem estão desigualmente distribuídas e o acesso dos adultos à educação e formação varia consideravelmente segundo o nível de escolaridade. Com uma elevada proporção de baixas qualificações entre a população ativa, este desafio constitui para Portugal uma dificuldade acrescida. Apesar da participação dos adultos de baixa escolaridade em ALV ter aumentado na última década, a tendência dos últimos três anos parece indicar não apenas uma diminuição da participação dos menos qualificados, como também um aumento do *gap* que os distancia dos níveis de participação dos mais qualificados. Por outro lado, o desencorajamento e a resistência à participação em ALV são ainda muito significativos. Os “*desanimados*” e “*resistentes*”, ou seja, os que indicaram em 2011 que não quiseram participar (mais) em ALV, de acordo com os dados do IEFA, representam 80% dos adultos inquiridos. Nesse sentido, são necessárias medidas de política especificamente dirigidas aos que se mostram mais resistentes à ALV, criando mais oportunidades de aprendizagem, aumentando os seus níveis de participação e estimulando a procura pela aprendizagem.

A aposta continuada no acesso e participação dos adultos de baixa escolaridade em educação formal será necessária para uma mais acelerada progressão da estrutura de qualificações portuguesa. A educação não formal, assumindo uma expressão bastante mais significativa quer nos níveis de participação, quer na diversidade de ofertas disponíveis, tenderá também a ter um contributo indispensável.

Ainda que a procura de formação por parte das empresas esteja hoje, em período de crise, mais limitada, e seja condicionada pela própria capacidade organizacional, as empresas e o trabalho assumem um papel fundamental na promoção da aprendizagem ao longo da vida. O ajustamento das ofertas às necessidades das empresas, a flexibilidade das soluções formativas disponíveis, ou a adoção de

novos incentivos financeiros poderão ser eficazes na diminuição da relutância em investir em formação e no acesso das micro e pequenas empresas à formação. Todavia, num contexto de elevado desemprego, as medidas de formação e de estímulo a ALV são elementos centrais das políticas ativas de emprego. É, contudo, necessário garantir a relevância dos investimentos em formação acautelando, por um lado, uma significativa adequação dos percursos de formação aos indivíduos e às necessidades do mercado de trabalho e, por outro lado, uma forte orientação para o cumprimento de percursos de qualificação completos que permitam, sobretudo aos menos qualificados, melhorar as suas qualificações formais, a nível profissional e escolar, e reforçar a sua empregabilidade.

A constituição da rede de CQEP e os desenvolvimentos recentes do Serviço Público de Emprego visam implementar uma estratégia de orientação ao longo da vida, facilitando e apoiando as transições entre a educação, a formação e o emprego. Adicionalmente, a constituição de parcerias locais para a ALV, com atores relevantes, será fundamental para prestar um serviço de proximidade, necessário ao estímulo para a ALV, sobretudo dos mais “*resistentes*” e “*desanimados*”. Num período de maiores constrangimentos da despesa pública, e perante o reconhecimento da necessidade contínua de reforçar o investimento em ALV, é cada vez mais reclamado um sistema de financiamento da educação de adultos que, embora tenha um nível de investimento público elevado e de apoio àqueles que não podem pagar, incentive a responsabilidade partilhada por parte de todos os *stakeholders* e possibilite a exploração de novos e mais eficazes mecanismos de financiamento. O uso seletivo de alguns destes mecanismos (p.ex., partilha dos custos da ALV entre empregadores, incentivos fiscais e “cheques-formação”) poderá permitir uma mais eficaz afetação de recursos a grupos específicos de adultos e contribuir para estimular a procura de aprendizagem ao longo da vida.

COMENTÁRIO AO ESTUDO

O desafio de aumentar a participação em ALV à luz da mudança social em curso, da saída da crise e dos novos modelos de organização do trabalho que emergem. Tendência de diminuição da participação em ALV dos menos qualificados. Será que bastaria aumentar os níveis de qualificação para obter maiores níveis de participação em ALV? Algumas dúvidas surgem quando:

- se assiste à redução do emprego face ao aumento do desemprego e ao desinvestimento temporário das políticas públicas de emprego nos adultos face ao aumento das preocupações com os jovens, especialmente os de mais elevadas qualificações (ex. da Garantia Jovem);
- em período de crise, existe desinvestimento das empresas na formação dos colaboradores menos qualificados devido ao aumento do desemprego, à forte redução salarial e ao recurso à contratação de qualificações mais elevadas a baixo custo;
- aumenta a relutância dos trabalhadores empregados à participação em processos de ALV devido ao aumento do número de horas de trabalho (redução de efetivos nas empresas) e à ameaça de perda de emprego;
- se verifica a quebra dos montantes do subsídio de desemprego e do tempo de benefício deste, o que cria pressão para o trabalho clandestino paralelo, diminuindo a participação na formação;
- se assiste ao desmantelamento do sistema de certificação profissional (ex. da atribuição das carteiras profissionais), com a entrada da Troika.

Obstáculos à participação em ALV:

- mesmo no caso dos desempregados há dificuldade de conciliar a participação em ALV, nomeadamente a frequência regular em oferta de educação formal, de duração mais longa;
- falta de motivação dos adultos menos qualificados com menores rendimentos e dificuldade de conciliarem o valor recebido dos apoios sociais da formação, quando existem ofertas de emprego sazonais de proximidade (ex. do Litoral Alentejano: modalidade de formação Vida Ativa continua a ser a mais flexível e ajustável);
- modalidades de formação para os públicos adultos nem sempre ajustadas à possibilidade de alternar

entre as oportunidades sazonais do mercado de trabalho e o regresso à formação, de modo a obter uma certificação completa;

- no caso dos empregados, a dimensão das empresas é fator crítico para a oportunidade de frequência de ALV, mas também a existência de oferta próxima.

Motivações para a participação em ALV:

- a aproximação da formação às comunidades locais é a chave para o aumento da participação (ex. da formação em máquinas agrícolas, em transporte de gado vivo e em aplicação de fitofármacos, em colaboração com as Juntas de Freguesia e Casas do Povo, no Alentejo);
- o aumento do desemprego acarreta um aumento da procura individual de processos de ALV principalmente porque há obrigação de frequência de formação profissional para os que recebem subsídio de desemprego;
- dirigir a oferta formativa para a empregabilidade é fundamental, nomeadamente a medida Vida Ativa tem permitido fazer formação à medida das necessidades das empresas e em função dos investimentos previstos na região.

Outros fatores de contexto que influenciarão os níveis de participação em ALV de vários públicos, mesmo para além dos adultos:

- novos modelos de organização do trabalho resultantes da destruição do emprego permanente e da substituição deste por emprego não permanente e a tempo parcial, frequentemente mal remunerado, e aumento do trabalho independente e por conta própria;
- políticas de emprego da UE que continuam mais preocupadas com os jovens e menos com os adultos;
- risco de limitação das oportunidades de aprendizagem futura devido, por um lado, a uma geração de jovens que poderá não continuar os seus estudos para além do 9º ano ou do 12º ano e, por outro lado, a uma geração que, estando a aproximar-se da saída do mercado de trabalho, vai sentir enorme pressão para adiar essa saída.

José Palma Rita

Delegado Regional do Alentejo do IEFP, I.P.

Oportunidades de Formação para os Adultos de Baixa Escolaridade no Horizonte 2020

A Estratégia Europa 2020 contempla um conjunto de objetivos estratégicos que visam dar resposta a dimensões-problemas da formação de adultos de baixa escolaridade e a necessidades de intervenção devidamente elencados no Acordo de Parceria Portugal 2020. Esses objetivos têm enquadramento nos Domínios Temáticos da Política de Coesão: Capital Humano, Inclusão Social e Emprego e Competitividade e Internacionalização.

O *Domínio Temático do Capital Humano* contempla os seguintes objetivos estratégicos:

- Aumentar a participação dos adultos em atividades de educação e formação;
- Aumentar a qualidade e eficiência do sistema de educação/ formação nas suas diferentes componentes e níveis de ensino; e
- Melhorar o ajustamento entre a formação/ educação lecionada e a procura de qualificações pelo mercado de trabalho.

Estes objetivos visam a qualificação das pessoas, privilegiando a certificação escolar ou a dupla certificação dos beneficiários. As ações/modalidades de formação elegíveis são os Cursos EFA, os Cursos para o ensino recorrente, a Capacitação dos CQEP e o desenvolvimento dos processos de RVCC (PO CH, POR Lisboa e POR Algarve).

O *Domínio Temático da Competitividade e Internacionalização* contempla o objetivo estratégico “Capacitar as PME [ativos trabalhadores e dirigentes] para o prosseguimento de estratégias de negócio mais avançadas”, promovendo a formação para a inovação empresarial (processos e internacionalização). As ações/modalidades de formação elegíveis neste Domínio são as Ações coletivas multiregionais de formação e de capacitação de empresários, gestores e trabalhadores das empresas para a inovação e gestão empresarial e *e-skills*, incluindo coaching ou a formação-ação, e a Formação associada aos projetos de investimento (operações integradas) (PO CI).

O *Domínio Temático Inclusão Social e Emprego* contempla os seguintes objetivos estratégicos:

- Aumentar o acesso à formação dos empregados menos qualificados e, em especial, dos que se encontram em micro e pequenas empresas;
- Aumentar as condições de empregabilidade dos desempregados, por via da elevação das suas competências, em particular dos menos qualificados e do acesso a novas oportunidades de emprego; e
- Aumentar a inclusão social ativa dos grupos vulneráveis, por via designadamente da melhoria das suas condições de empregabilidade.

Estes objetivos têm por base o aumento de competências dos ativos (empregados e desempregados) que respondam a défices ou a necessidades emergentes do mercado de trabalho.

As ações/modalidades elegíveis são:

- Formação modular para empregados, em especial para os que se encontram em risco de desemprego;
- Qualificação de trabalhadores de sectores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais;
- Cheque formação; Formação modular para desempregados e desempregados de longa duração (e.g. Vida ativa);
- Ações de capacitação para a inclusão de grupos vulneráveis, incluindo competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de TIC (PO ISE, POR Lisboa e POR Algarve).

A **programação da Estratégia Europa 2020**

revela uma relativa fragmentação do quadro de financiamento (1.326.507€ repartido por 8 Programas) embora se verifique que a Educação e a Formação de Adultos tem maior cabimento no Eixo 3 do PO CH (503.000 €) e na complementaridade com o PO ISE no âmbito das FMC (245.000 €).

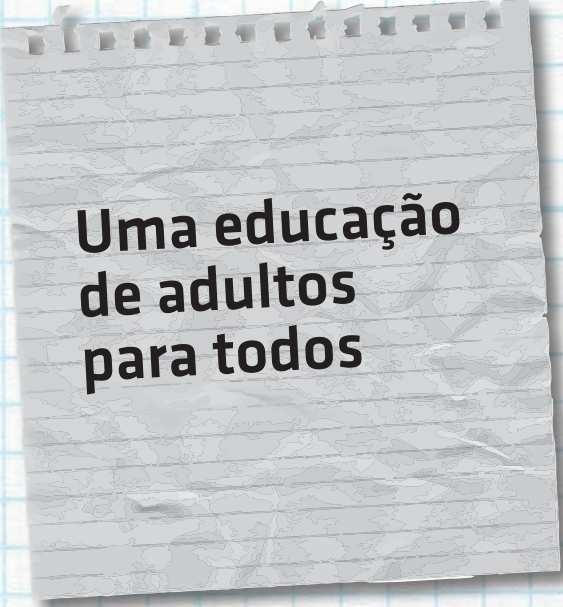
Na ótica da mobilização eficiente dos recursos de financiamento disponíveis, sugerem-se as seguintes

recomendações:

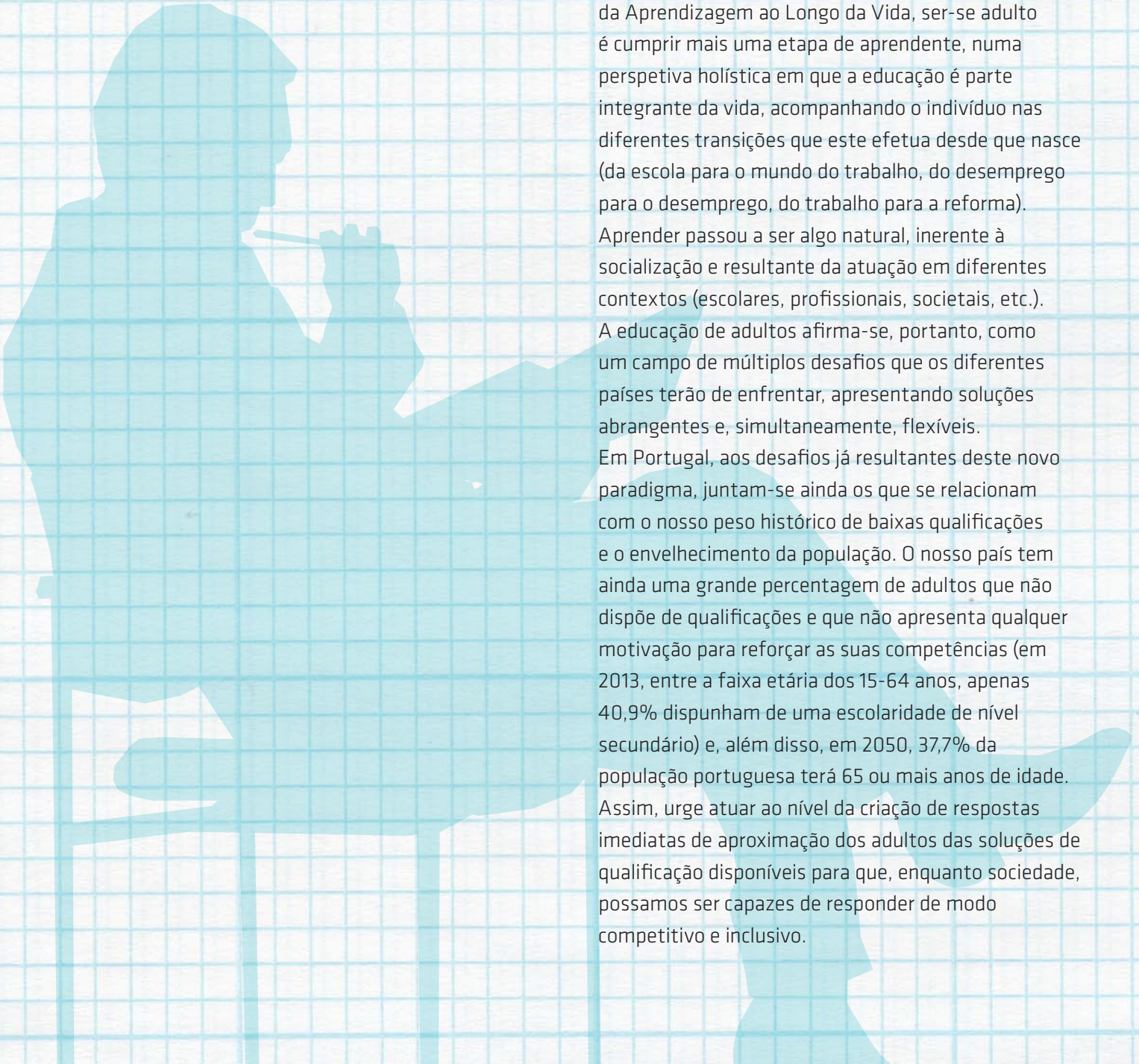
- Assegurar uma gestão ativa das complementaridades existentes entre o PO CH e os demais Programas Operacionais com vertente FSE que enquadram as diversas modalidades de qualificação de adultos.
- Estimular as iniciativas e ações do interface de articulação com o mercado de trabalho (coordenação de estratégias dos atores regionais, associativos e privados), através de Pactos Territoriais para a Empregabilidade.
- Reforçar os mecanismos de informação e orientação vocacional (e profissional), envolvendo o IEFP e a ANQEP.
- Promover a melhoria da eficiência na utilização dos recursos na educação/formação -(re)qualificação da oferta formativa (revisão de conteúdos formativos, flexibilização curricular, ajustamento a necessidades das organizações,...).
- Estabelecer uma cultura de avaliação e orientação para os resultados.

António Oliveira das Neves

Presidente da Direção do IESE



Uma educação de adultos para todos



A educação de adultos não pode ser pensada só a partir da idade em que já se é adulto. No contexto da Aprendizagem ao Longo da Vida, ser-se adulto é cumprir mais uma etapa de aprendente, numa perspetiva holística em que a educação é parte integrante da vida, acompanhando o indivíduo nas diferentes transições que este efetua desde que nasce (da escola para o mundo do trabalho, do desemprego para o emprego, do trabalho para a reforma). Aprender passou a ser algo natural, inerente à socialização e resultante da atuação em diferentes contextos (escolares, profissionais, sociais, etc.). A educação de adultos afirma-se, portanto, como um campo de múltiplos desafios que os diferentes países terão de enfrentar, apresentando soluções abrangentes e, simultaneamente, flexíveis. Em Portugal, aos desafios já resultantes deste novo paradigma, juntam-se ainda os que se relacionam com o nosso peso histórico de baixas qualificações e o envelhecimento da população. O nosso país tem ainda uma grande percentagem de adultos que não dispõem de qualificações e que não apresenta qualquer motivação para reforçar as suas competências (em 2013, entre a faixa etária dos 15-64 anos, apenas 40,9% dispunham de uma escolaridade de nível secundário) e, além disso, em 2050, 37,7% da população portuguesa terá 65 ou mais anos de idade. Assim, urge atuar ao nível da criação de respostas imediatas de aproximação dos adultos das soluções de qualificação disponíveis para que, enquanto sociedade, possamos ser capazes de responder de modo competitivo e inclusivo.

O nosso país tem ainda uma grande percentagem de adultos que não dispõe de qualificações e que não apresenta qualquer motivação para reforçar as suas competências



Importa ter presente que a educação e a formação são hoje consideradas ferramentas básicas, sem as quais não se é cidadão em pleno. Não obstante assumirmos que a educação e a formação são já algo ao alcance de todos (tendo até sido decretada, nos últimos anos, a escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade), na verdade nem todos beneficiaram dela, nem a têm como um direito adquirido. Isto não se passa apenas em Portugal, mas um pouco por toda a Europa, revelando um verdadeiro desajuste entre as competências que são hoje tidas como essenciais e as que são detidas pelos indivíduos adultos. De facto, um em cada cinco adultos europeus evidenciou fracas competências de leitura, redação e aritmética, nos resultados apurados, em 2013, pelo Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC).

Em Portugal, apesar de, nos últimos anos, ter sido feito um esforço notório de captação de públicos adultos para a qualificação, mediante soluções que valorizaram sobretudo as experiências de aprendizagem não formal e informal, constata-se agora que os resultados foram essencialmente favoráveis (do ponto de vista da empregabilidade e da adesão a novos patamares de qualificação) para os que alcançaram níveis mais elevados de qualificação (e, ainda assim, quando os percursos de formação se associaram a uma vertente profissionalizante). Assim, os esforços em educação e formação beneficiaram sobretudo os que já dispunham de alguma qualificação, deixando de fora os menos qualificados.

Logo, captar estes últimos pressupõe que sejamos capazes de lançar estratégias diferentes, alicerçadas em dispositivos de orientação e encaminhamento que iniciem mais cedo, ainda numa fase em que se é jovem, e que monitorizem todo o trajeto de qualificação que o indivíduo efetue daí em diante, interligando os domínios da educação, formação e emprego.

Por esse motivo, foi constituída, no final de 2013, uma rede de Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), com valências mais alinhadas com a necessidade de se ajustar, continuamente, as soluções de qualificação às necessidades dos públicos (em diferentes fases de vida) e do tecido empresarial envolvente, potenciando, desse modo, a capacidade de todos podermos ser mais empregáveis, mais interventivos na sociedade e com mais ferramentas para nos protegermos de situações de exclusão social. Apostar na qualificação é, pois, projetar um futuro melhor, seja-se jovem ou adulto.

Gonçalo Xufre

Presidente do Conselho Diretivo da ANQEP, I.P.

a

RECURSOS

Na sequência da participação da ANQEP nas Jornadas da Educação do Conselho Nacional de Juventude a 22 de novembro de 2014, foi redigido um memorando que apresenta a visão desta sobre o Ensino e Formação Profissional para os Jovens: <http://aeducacao-oeoemprego.blogspot.pt/2014/12/a-importancia-do-ensino-profissional.html>.

O e-TEQ, nova mascote do Ensino Profissional, apresentado a 21 de dezembro de 2014, pretende ajudar os jovens na descoberta das profissões, dando-lhes indicação do percurso escolar que terão de efetuar para lá chegarem: <http://aeducacaooeoemprego.blogspot.pt/2014/12/ola-eu-sou-o-e-teq.html>.

No âmbito do Projeto de Implementação da Agenda Europeia para a Educação de Adultos, desenvolvido pela ANQEP entre 2012 e 2014, foi publicado o documento de síntese da realização do projeto: [www.agenda.anqep.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=2752&fileName=eguia.pdf](http://www.agenda.anqep.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=2752&fileName=eguia.pdf).

A plataforma EPAL, nova comunidade multilingue de profissionais de educação de adultos, visa manter os públicos interessados atualizados com os desenvolvimentos na área da educação de adultos à escala europeia. Encontra-se organizada em cinco grandes temas: apoio aos aprendentes, ambientes formativos, aptidões de vida, qualidade e políticas, estratégias e financiamento. Acessível em <http://ec.europa.eu/epale/en>.



GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

b

DISSEMINAÇÃO DO ESTUDO

A publicação **Adultos de Baixa Escolaridade: Desafios para a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV)** em Portugal constitui o resultado final do presente projeto.

A publicação, disponível em www.iese.pt, está organizada nos seguintes capítulos:

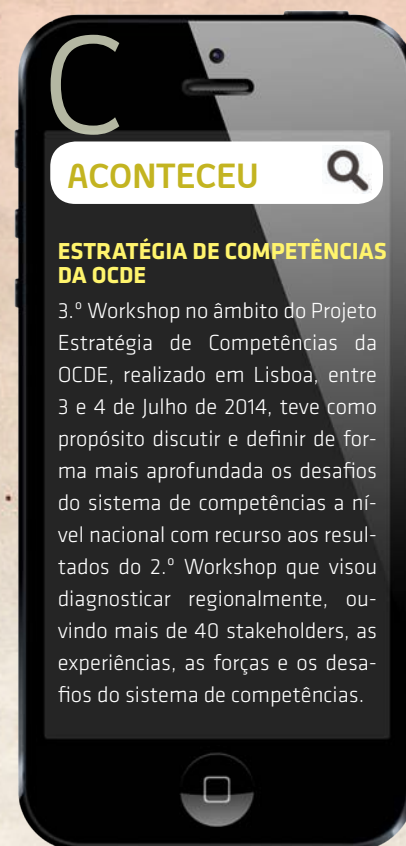
- Capítulo I – apresentação das principais orientações de política e de literatura no domínio da ALV.
- Capítulo II – revisão das propostas da Agenda Europeia para a Educação de Adultos e os desenvolvimentos políticos recentes em Portugal neste âmbito.
- Capítulo III – apresentação da metodologia do estudo.
- Capítulo IV – apresentação e análise dos indicadores de participação em ALV e exploração das razões e obstáculos à participação em ALV.
- Capítulo V – apresentação e discussão dos resultados da análise estatística realizada aos dados do IEFA 2011 (INE).
- Capítulo IV – apresentação das principais conclusões e implicações de política tendo em conta a especificidade e os desafios do caso português.

O **seminário final do Projeto “Desafios para a Aprendizagem ao Longo da Vida em Portugal”** ocorreu no dia 19 de dezembro, pelas 14.30h, na Fundação Oriente, em Lisboa.

Neste evento, foram apresentados os resultados do Estudo, seguidos de um comentário ao estudo realizado pelo Dr. Palma Rita (Delegado Regional do Alentejo do IEF, I.P.) e da intervenção do Dr. António Oliveira das Neves (Presidente da Direção e Corresponsável pela Avaliação *ex-ante* do Programa Operacional do Capital Humano, 2014) focada nas “Oportunidades de formação para os adultos de baixa escolaridade, no horizonte 2020”. O encerramento do seminário ficou a cargo do Presidente do Conselho Diretivo da ANQEP, I.P., Prof. Gonçalo Xufre, que destacou a importância de discutir as oportunidades e desafios da aprendizagem ao longo da vida.

Espaços de apresentação dos resultados do Estudo:

- evento promovido pela EUCIS-LLL no Parlamento Europeu – Policy Debate on ‘Validation of non-formal and informal learning: All aboard! How to reach the targeted public?’, 11 de dezembro de 2014;
- encontro do Projeto europeu LLL_HUB ‘Low-skilled adults and LLL: Particular challenges in Portugal’, 2-4 de outubro de 2014 em Lisboa.



www.iese.pt

Rua Instituto Industrial, n.º 18, 3.º Dto
1200-225 Lisboa | Tel: 218160840
Fax: 218131373 | email: iese@iese.pt